

**Companhia Energética Sinop S.A.**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2015**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes  
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711  
Edifício João Carlos Saad  
70070-120 - Brasília/DF - Brasil  
Caixa Postal 8587  
70312-970 - Brasília/DF - Brasil

Telefone 55 (61) 2104-2400  
Fax 55 (61) 2104-2406  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao  
Conselho de Administração e aos diretores da  
Companhia Energética Sinop S.A.  
Sinop - Mato Grosso

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



## **Base para conclusão com ressalva**

### ***Saldos comparativos correspondentes***

Conforme descrito nas Notas Explicativa nºs 11 e 12, a Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, valores a pagar a fornecedores referentes a medições de serviços incorridos que deveriam ter sido registrados no exercício de 2014, no montante de R\$ 18.260 mil, em contrapartida ao ativo imobilizado. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2015 o saldo do ativo intangível foi reduzido em R\$3.784 mil, em contrapartida ao passivo não circulante, em decorrência de correção de erro no cálculo do valor da concessão onerosa registrado até 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram retificadas, portanto não refletem estes efeitos de forma comparativa, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Sinop S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

#### ***Custos do empreendimento na fase de construção***

Conforme citado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, a Companhia vem dependendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Sinop (“UHE Sinop”). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta situação de capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 361.966 mil. Essas demonstrações financeiras não contemplam quaisquer efeitos, que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, em caso de insuficiência desse fluxo de recursos financeiros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

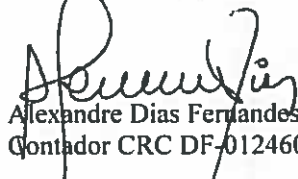
### **Outros assuntos**

#### ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de datado de 20 de fevereiro de 2015, que não conteve nenhuma modificação.

Brasília, 26 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Alexandre Dias Fernandes  
Contador CRC DF-012460/O-2

# Companhia Energética Sinop S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	41	129
Aplicações financeiras	6	32.876	116.739
Adiantamentos	7	157	827
Tributos e contribuições a compensar	8	3.377	230
Despesas antecipadas	9	17	1.633
		<u>36.468</u>	<u>119.558</u>
<b>Não circulante</b>			
Ativo fiscal diferido	10	2.767	-
Imobilizado	11	873.774	347.480
Intangível	12	20.137	22.289
		<u>896.678</u>	<u>369.769</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>933.146</b></u>	<u><b>489.327</b></u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	62.706	96.657
Tributos e contribuições a recolher	14	2.373	288
Obrigações trabalhistas	15	1.178	218
Debêntures a pagar	16	332.177	-
		<u>398.434</u>	<u>97.163</u>
<b>Não circulante</b>			
Uso do bem público	12	19.807	21.859
		<u>19.807</u>	<u>21.859</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	18		
Capital social		372.637	372.637
Prejuízos acumulados		(7.732)	(2.332)
Adiantamentos para aumento de capital		150.000	-
		<u>514.905</u>	<u>370.305</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><b>933.146</b></u>	<u><b>489.327</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética Sinop S.A.

## Demonstrações de resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2015	2014
Despesas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios	19	(5.822)	(3.637)
Serviços de terceiros	20	(2.733)	(927)
Arrendamentos e alugueis		(499)	(299)
Passagens e hospedagens		(981)	(757)
Materiais		(338)	(148)
Depreciações e amortizações	11 e 12	(208)	(27)
Outros		(281)	(137)
		<hr/>	<hr/>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(10.862)	(5.932)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.778	3.659
Despesas financeiras		(83)	(59)
		<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro		2.695	3.600
		<hr/>	<hr/>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(8.167)	(2.332)
		<hr/>	<hr/>
Contribuição Social Diferida	10	738	-
Imposto de Renda Diferido	10	2.029	-
		<hr/>	<hr/>
Prejuízo do exercício		(5.400)	(2.332)
		<hr/>	<hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Companhia Energética Sinop S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de Reais)*

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(5.400)	(2.332)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(5.400)</u>	<u>(2.332)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Three handwritten signatures in blue ink are present in the lower right quadrant of the page. One signature is at the top right, another is to the left and slightly below it, and a third is at the bottom center.

## Companhia Energética Sinop S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucro (prejuízo) acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-
Integralização de capital em fevereiro de 2014	1	-	-	1
Integralização de Capital conforme AGE de 11/12/2014	372.636	-	-	372.636
Prejuízo do exercício	-	(2.332)	-	(2.332)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>372.637</b>	<b>(2.332)</b>	<b>-</b>	<b>370.305</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>372.637</b>	<b>(2.332)</b>	<b>-</b>	<b>370.305</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital:	-	-	150.000	150.000
Prejuízo do exercício	-	(5.400)	-	(5.400)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>372.637</b>	<b>(7.732)</b>	<b>150.000</b>	<b>514.905</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





# Companhia Energética Sinop S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(8.167)	(2.332)
Resultado financeiro	(2.695)	(3.598)
Depreciação e amortização	208	27
Prejuízo ajustado	<u>(10.654)</u>	<u>(5.903)</u>
Varição no ativo		
Adiantamentos	670	(827)
Despesas antecipadas	1.616	(1.633)
Tributos e contribuições a compensar	(5.914)	(230)
Varição no passivo		
Fornecedores	(78.874)	96.657
Tributos e contribuições a recolher	2.085	288
Obrigações trabalhistas	960	218
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b><u>(90.111)</u></b>	<b><u>88.570</u></b>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(448.921)	(347.910)
Adição de intangível	(381)	-
Aplicações financeiras	(177.570)	(397.796)
Resgate das aplicações financeiras	266.895	284.628
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(359.977)</u></b>	<b><u>(461.078)</u></b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captações de debêntures	300.000	-
Integralização de capital	-	372.637
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital recebido	150.000	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b><u>450.000</u></b>	<b><u>372.637</u></b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(88)</u></b>	<b><u>129</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	129	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>41</u>	<u>129</u>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(88)</u></b>	<b><u>129</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1. Contexto Operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “CES”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, constituída em 28 de outubro de 2013. A Companhia é controlada por meio de Acordo de Acionista (“Acordo”), do qual todos os acionistas fazem parte, conforme disposto no art. 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, à operação, à manutenção e à exploração da Usina Hidrelétrica de Sinop (“UHE Sinop”), no Rio Teles Pires, localizada no Estado do Mato Grosso, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada na Cidade de Sinop, Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Figueiras, 893 - esquina com Rua das Orquídeas.

A partir de 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado conforme a Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária e anexos, registrados na Junta Comercial do Distrito Federal, passando a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. a fazer parte da composição acionária da Companhia (Nota Explicativa nº 18). O controle é exercido de forma compartilhada.

Em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato.

Considerando o cumprimento integral do cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), a data de início do enchimento do reservatório está prevista para 1º de novembro de 2017, conforme cronograma estabelecido no contrato de concessão, devendo estar em pleno funcionamento em maio de 2018.

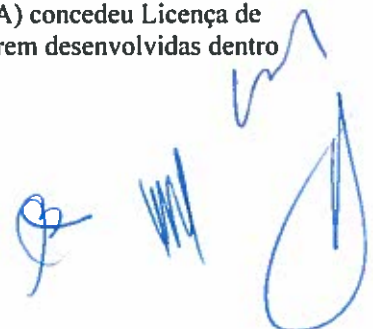
A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da Usina Hidrelétrica. A Companhia possui capital autorizado de R\$ 665 milhões (Nota Explicativa nº 18), e as subscrições e as integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração. Aspectos relacionados à liquidez da Companhia estão divulgados na Nota Explicativa nº 22.

Coube ao Governo regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica no Rio Teles Pires, Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, denominada UHE Sinop com potência instalada mínima de 400 MW. A garantia física de energia da UHE para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 239,8 MW médios. (\*)

O total de investimentos previstos pela Administração da Companhia é de R\$ 1,8 bilhões, valor constante no Plano de Negócios da Companhia, (\*) até o término da construção do empreendimento, sendo R\$ 665 milhões de recursos próprios e o restante em forma de empréstimos feitos com as instituições financeiras. (\*)

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Em 17 de março de 2014, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) concedeu Licença de Instalação válida até 16 de março de 2017 contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro



dos sítios construtivos da UHE Sinop, compreendendo a construção de barragens e represas para geração de energia elétrica.

## **2. Base de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 04.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2016.

### **2.2. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

#### **As incertezas sobre julgamentos, premissas e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 06), a determinação da vida útil dos bens para o cálculo da depreciação acumulada do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11), o valor presente do Uso do Bem Público registrado no ativo intangível e no passivo exigível da Companhia (Nota Explicativa nº 12) e os valores das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 17). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

**a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais com base na avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e que inclui as evidências disponíveis, a

hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

**b. Depreciação de ativos tangíveis**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Edifícios	30-50 anos
• Máquinas e equipamentos	6-27 anos
• Móveis e utensílios	16 anos
• Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 674/2015 da ANEEL.

**c. Amortização de ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização será iniciada quando da entrada em operação da Usina.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

### **3. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

#### 4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

##### a. Instrumentos financeiros não derivativos

###### (i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

###### *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentada pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais itens desta categoria estão representados pelas aplicações financeiras. (Nota Explicativa nº 06).

###### (ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

###### *Fornecedores*

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo

não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 13).

#### *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. (Nota Explicativa nº 16).

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma companhia em conexão ao empréstimo.

#### *Instrumento Patrimonial - Adiantamentos para Futuro aumento de Capital*

Os adiantamentos para futuro aumento de capital foram classificados como instrumentos patrimoniais, registrados no patrimônio líquido, em decorrência do acordo contratual firmado. (Nota Explicativa nº 18).

#### **(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### **b. Classificação entre circulante e não circulante**

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

#### **c. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e está em fase pré-operacional. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 e 27. (Nota Explicativa nº 11).



Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Tendo em vista a fase pré-operacional em que se encontra a Companhia, tanto a vida útil quanto o eventual valor residual dos ativos relacionados à Usina Hidrelétrica ainda não foram estabelecidos para fins de reconhecimento da depreciação dos bens. Os demais bens do imobilizado estão sendo depreciados de acordo com suas estimativas de vidas úteis econômicas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira.



#### **d. Intangível**

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização será iniciada quando da entrada em operação da Usina.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. (Nota Explicativa nº 12).

#### **(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

#### **e. Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 17).





**f. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

Os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

**g. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2015	31/12/2014
Fundo Fixo de Caixa	3	3
Banco do Brasil	28	126
Banco Itaú	10	-
	<u>41</u>	<u>129</u>

**6. Aplicações financeiras**

	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil - BB Amplo	1.468	116.739
Banco do Brasil - CDB	23.656	-
Banco BNP Paribas Brasil - CDB	7.752	-
	<u>32.876</u>	<u>116.739</u>

A Companhia possui aplicações financeiras principalmente em Certificados de Depósitos Bancários -CDBs do Banco do Brasil e Banco BNP Paribas Brasil CDB Pos. Os recursos são resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva, indexados à taxa média de 97% de CDI.

## 7. Adiantamentos

	31/12/2015	31/12/2014
Prefeituras (Cláudia e Itaúba) (a)	-	800
Adiantamento de férias	93	-
Outros	64	27
<b>Total de adiantamentos</b>	<b>157</b>	<b>827</b>

- (a) No dia 21/10/2015 a Companhia compensou os valores devidos de ISSQN junto as prefeituras com os tributos retidos pela emissão das notas fiscais da Construtora Triunfo S.A., conforme Termos de Antecipação de Receita Tributária celebrados entre as partes e contabilizou em contra partida em Imobilizado em Curso.



## 8. Tributos e Contribuições a recuperar

	31/12/2015	31/12/2014
Icms antecipado (a)	206	-
Pis a recuperar (b)	216	1
Cofins a recuperar (b)	969	7
Csll a compensar	-	2
IRRF sobre aplicações financeiras (c)	1.972	220
Imposto de Renda a recuperar	14	-
	<u>3.377</u>	<u>230</u>

- (a) A Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ-MT) lança em conta corrente de ICMS e cobra de forma antecipada todos os valores relativos a emissão das notas fiscais eletrônicas, por estar a Companhia enquadrada no regime de recolhimento do ICMS por Estimativa Simplificada.
- (b) A Companhia se credita do PIS e Cofins não-cumulativos referente aos serviços prestados na área de meio ambiente, faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada;
- (c) Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras, retido somente no exercício de 2015, referente aos resgates dos saldos no Banco BNP Paribas (emissão das Debentures) e Banco do Brasil (Aporte da UTNF).

## 9. Despesas antecipadas

	31/12/2015	31/12/2014
Seguro de contra garantia - Jmalucelli	-	1.045
Arrendamento - Terrenos obras	-	583
Seguro dos veículos	17	5
	<u>17</u>	<u>1.633</u>

A variação ocorrida no período de 31 de dezembro de 2015 está relacionada a reclassificação do valor do seguro para o custo da obra, considerando que está diretamente relacionada ao custo do imobilizado.

## 10. Ativo fiscal diferido

		<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	Alíquota	(8.167)	(2.334)
Adições		41	
Imposto de Renda	25%	2.029	-
Contribuição Social	9%	738	-
<b>Total</b>		<b>2.767</b>	<b>-</b>

Baseada na expectativa de lucros tributários futuros a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal do período. A estimativa de recuperação é revisada anualmente por ocasião do encerramento do exercício.

## 11. Imobilizado

		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldos em 31/12/2015
<b>Geração</b>							
Em curso							
Terrenos		36	7.532	-	-	-	7.568
Plano básico		1.163	35.939	-	-	-	37.102
Plano básico ambiental		9.316	4.418	-	-	-	13.734
Edificações, obras e benfeitorias		192	822	-	-	-	1.014
Móveis e utensílios		5	-	-	-	-	5
Estudos de projetos a ratear	(a)	23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamento a fornecedores	(b)	144.609	429.536	-	-	50.644	624.789
		<b>178.895</b>	<b>478.247</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.644</b>	<b>707.786</b>
Medições	(c)	49.573	44.923	-	-	(49.573)	44.923
Adiantamentos a fornecedores	(d)	118.268	1.670	-	-	(1.071)	118.867
<b>Total geração</b>		<b>346.736</b>	<b>524.840</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>871.576</b>
<b>Administração</b>							
Em serviço		763	1.611	-	-	-	2.373
Depreciação acumulada		(19)	-	-	(157)	-	(176)
<b>Total administração</b>		<b>744</b>	<b>1.611</b>	<b>-</b>	<b>(157)</b>	<b>-</b>	<b>2.198</b>
<b>Total imobilizado</b>		<b>347.480</b>	<b>526.451</b>	<b>-</b>	<b>(157)</b>	<b>-</b>	<b>873.774</b>

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- a. Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra,

estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.

- b. Referem-se, substancialmente, aos custos iniciais incorridos na fase de construção da UHE Sinop já pagos aos fornecedores.
- c. A rubrica destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos na construção da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia.
- d. Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante total de adições de imobilizado que não envolveram caixa foi de R\$ 77.100.

A Companhia reconheceu em 2015 valores a pagar a fornecedores referentes a medições de serviços incorridos que deveriam ter sido reconhecidos no exercício de 2014, no montante de R\$ 18.260 mil, em contrapartida ao ativo imobilizado. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram retificadas para fins de comparabilidade.

## 12. Intangível

	Saldos em 31/12/2014	Adições (+)	Baixas (-)	Amortização (-)	Ajustes (-)	Saldos em 31/12/2015
<b>Geração</b>						
Em curso	21.859	1.786	-	-	-	23.645
Recálculo - IPCA	-	-	-	-	(3.838)	(3.838)
<b>Total geração</b>	<b>21.859</b>	<b>1.786</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.838)</b>	<b>19.807</b>
<b>Administração</b>						
Central						
Em serviço*	438	73	-	-	(122)	389
Amortização acumulada	(8)	-	-	(51)	-	(59)
<b>Total Administração</b>	<b>430</b>	<b>73</b>	<b>-</b>	<b>(51)</b>	<b>(122)</b>	<b>330</b>
<b>Total</b>	<b>22.289</b>	<b>1.859</b>	<b>-</b>	<b>(51)</b>	<b>(3.960)</b>	<b>20.137</b>

\*Saldo referente ao registro no intangível de software, no valor líquido de R\$330.

Como pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP), a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.500 (Um milhão e quinhentos mil reais). O início da amortização e a primeira parcela serão pagas a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contrapartida ao intangível a valor presente, decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo em construção. A amortização do UBP iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada de forma linear conforme o prazo da concessão.

A partir de dezembro de 2014, o cálculo do UBP está sendo feito considerando a variação do IPCA, com base em junho de 2013, conforme cláusula sexta do contrato de concessão. Os devidos ajustes nas contas de ativo e passivo foram registrados somente em janeiro de 2015, com impacto de R\$ 3.838, e os saldos foram reduzidos de R\$ 21.859 para R\$ 18.021.

### 13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015, o grupo de fornecedores é composto por faturamento e provisões relacionadas à construção da UHE Sinop e à manutenção das atividades administrativas da Companhia.

	31/12/2015	31/12/2014
Abb Ltda	3.145	-
Andritz Hydro Brasil S.A.	2.354	-
Andritz Hydro Brasil Inepar do Brasil S.A.	14.319	-
Arcaddis Logos S.A.	557	-
Austral Seguradora S.A.	4.000	-
Construtora Triunfo S.A.	27.274	92.906
IESA	1.308	-
Intertechene Consultores S.A.	1.323	1.241
Novo Norte Energia e Consultoria Ltda	809	1.761
Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda	557	-
	<u>55.646</u>	<u>95.908</u>
Outros Fornecedores	7.060	749
<b>Total</b>	<u><u>62.706</u></u>	<u><u>96.657</u></u>

## 14. Tributos e Contribuições a Recolher

	31/12/2015	31/12/2014
FGTS a Recolher	83	72
INSS a Recolher	494	144
IR Outros	21	-
IR sobre Salários	222	-
IR sobre Serviços PJ	204	26
ISSQN a Recolher (a)	1.088	46
Pis/Cofins e CSLL a Recolher	261	-
	<u>2.373</u>	<u>288</u>

## 15. Obrigações Trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014
Pensão Alimentícia a pagar	-	1
Provisão de Férias	861	204
Encargos sobre Provisão de Férias	317	13
	<u>1.178</u>	<u>218</u>

As provisões de férias e respectivos encargos referem-se aos 78 funcionários registrados em 31/12/2015. Em 31/12/2014 o valor correspondia a 29 funcionários registrados.

## 16. Debêntures a pagar

Os saldos de debêntures e respectivos encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Debenturistas e Garantidores	Encargos	Principal	Encargos de dívidas	Total
Banco do Brasil - Banco de Investimento S.A.		76.500	9.652	86.152
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	1,2% + CDI	223.500	22.525	246.025
<b>Total das Debentures</b>		<b>300.000</b>	<b>32.177</b>	<b>332.177</b>
(-) Custo de captação		(1.760)	-	(1.760)
<b>Valor líquido</b>		<b>298.240</b>	<b>32.177</b>	<b>330.417</b>

Estas obrigações estão atualizadas pelos juros e encargos financeiros, determinantes em contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Em 20 de março de 2015, a CES ofertou ao mercado 30.000 debentures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória e real, em duas séries, com valor nominal de R\$ 10, perfazendo o valor total de R\$ 300.000. Os recursos captados estão sendo destinados à implantação da Usina Hidrelétrica Sinop, localizada no Rio Teles Pires, nos municípios de Itaúba e Cláudia, Estado de Mato Grosso, conforme leilão A-5, de 29 de agosto de 2013 e/ou liquidação ou resgate de dívidas existentes. Não haverá a amortização programada do valor nominal unitário, o qual será integralmente pago na data do vencimento (20 de março de 2016).

O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado. As debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures desde a data de emissão até a data de vencimento de acordo com a fórmula descrita nos termos do item "Remuneração", na seção "Características Básicas das Debêntures". A taxa de juros aplicável as debentures será correspondente a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou spread, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, 1,2%, com vencimento em 20 de março de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do custo de captação era de R\$ 1.760. Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora sob as debêntures, as Fiadoras, prestaram fiança, por meio de Escritura, em favor dos titulares das debêntures ("Debenturistas") representados pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, agente fiduciário da Emissão ("Agente fiduciário"), obrigando-se como fiadoras e principais responsáveis, no percentual de 51% (cinquenta e um por cento) para a Usina Termelétrica Norte Fluminense, 24,5% (vinte e quatro virgula cinco por cento) para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e 24,5% (vinte e quatro virgula cinco por cento) para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE., correspondentes as suas participações societárias, direta ou indireta, na Emissora, pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura, incluindo, os pagamentos correspondentes ao valor nominal unitários, à remuneração, aos encargos moratórios ou encargos de qualquer natureza e despesas incorridas pelo Agente Fiduciário na execução das obrigações previstas na Escritura conforme os termos e as condições delineadas na Escritura ("Garantia Fidejussória").



Os bancos citados no quadro acima são os debenturistas e garantidores e os papéis não foram colocados em mercado secundário.

Os *Covenants* que podem exigir os pagamentos antecipados, independentemente de recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas as Debentures e exigir o pagamento imediato pela Companhia, estão relacionados com as seguintes hipóteses:

- a) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia e/ou respectivas controladas;
- b) Extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de autofalência da Companhia e/ou respectivas controladas;
- c) Não pagamento, na respectiva data de pagamento prevista de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares das Debentures; e
- d) Cisão, incorporação ou fusão da Companhia e/ou das fiadoras e/ou realização de qualquer outra forma de reorganização societária que resulte em mudança ou transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia e/ou respectivas controladas.

A Administração da Companhia declara que os *covenants* estão sendo cumpridos sem exceção.

Three handwritten signatures in blue ink are located on the right side of the page. The signatures are stylized and appear to be in cursive or a similar script.

## 17. Demandas judiciais

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, tem a probabilidade de perda classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2015, o valor envolvido estimado é de R\$ 1.000 de reais em processos regulatórios/ambientais - Ação Civil Pública (ACP), tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Nesse sentido, os valores envolvidos dependerão das apurações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos a confirmação pelas demais instâncias judiciais e deverão ser liquidados e quantificados em sede de momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

Quadro resumido dos litígios:

Processo nº: 0001294-89.2014.4.01.3603
Autor: Ministério Público Federal.
Rés: Companhia Hidrelétrica de Sinop S/A (CES), Estado de Mato Grosso, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Promotores responsáveis: Lucas Horta de Almeida
Vara nº: Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop - MT
Natureza: Ação Civil Pública.
Sumário da matéria: Trata-se de ação civil pública na qual o MPF alega irregularidade no Processo de Licenciamento da Usina Hidrelétrica Sinop e assevera que seria nula as Licenças de Instalação expedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT, uma vez que teriam sido emitidas sem que as condicionantes da Licença Prévia nº 301901/2012 fossem cumpridas
Valor dado à causa: R\$ 1.000 (Um milhão de reais)

Embora concedida a liminar na ação para suspender o licenciamento ambiental da UHE Sinop, tal decisão foi suspensa por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de Agravo de Instrumento, bem como em sede de Suspensão de Liminar. Importante ressaltar que a Suspensão de Liminar possui eficácia até o trânsito em julgado da decisão de mérito do caso.

Processo nº: 7786-39.2010.4.01.3603
Autores: Ministério Público do Estado do Mato Grosso, Sindicato Rural de Sinop e Ministério Público Federal.
Rés: Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Estado do Mato Grosso, UNIÃO, SEMA e IBAMA.
Promotores responsáveis: Audrey Ility
Vara nº: Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop - MT
Natureza: Ação Civil Pública.
Sumário da matéria: Trata-se de ação civil pública com pedido liminar na qual os Autores alegam irregularidades no Processo de Licenciamento da Usina Hidrelétrica Sinop, bem como que a SEMA não teria competência para realizar o procedimento ambiental, o qual deveria ficar a cargo do IBAMA. Assim, os Autores pleiteiam a declaração de nulidade do licenciamento ambiental da UHE Sinop.
Valor dado à causa: R\$ 10 (dez mil reais)

Foram concedidas duas liminares no caso, para impedir a realização de uma audiência pública que seria realizada em 18/11/2010 e para suspender o licenciamento ambiental da UHE Sinop. Contra ambas as decisões foram apresentados pedidos de Suspensão de Liminar que foram deferidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ou seja, a eficácia da liminar está suspensa até o trânsito em julgado.

Processo nº: 0006037-50.2011.4.01.3603
Autores: Ministério Público do Estado do Mato Grosso, Sindicato Rural de Sinop e Ministério Público Federal
Réus: Empresa de Pesquisa Energética (EPE), União Federal (União) e Estado do Mato Grosso.
Vara nº: Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop - MT
Natureza: Ação Civil Pública.
Sumário da matéria: Trata-se de ação civil pública na qual os Autores alegam irregularidades no Processo de Licenciamento da Usina Hidrelétrica Sinop, pleiteando a nulidade do EIA/RIMA da UHE Sinop. Valor dado à causa: R\$ 10 (dez mil reais)

Nesse caso, foi concedida a liminar para suspender a realização do Leilão referente à UHE Sinop, marcado para o dia 14/12/2012, impedir a expedição de Licença de Instalação e início das obras da UHE Sinop. Contudo, pedido de Suspensão de Liminar foi concedido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu tal decisão até o trânsito em julgado da ação.

## 18. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 372.637, que compreende 372.636.949 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 665.000, até o limite de 665.000.000 de ações ordinárias.

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 372.637, representado pela emissão de 372.636.449 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2015, a estrutura societária da Companhia está assim representada:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S A - Eletronorte	91.296	162.925	24,50%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	91.296	162.925	24,50%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	190.045	339.150	51,00%
	<u>372.637</u>	<u>665.000</u>	<u>100,00%</u>

No dia 14 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor total de R\$ 150.000, sendo a liberação em 3 parcelas, conforme cronograma (Primeiro AFAC);

- R\$ 70.000 em outubro/2015;
- R\$ 65.000 em novembro/2015; e
- R\$ 15.000 em dezembro/2015.

Acionistas	AFAC	%
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	36.750	24,5
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	36.750	24,5
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	76.500	51,0
	<u>150.000</u>	<u>100</u>

No dia 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor total de R\$ 100.000 (Cem milhões de reais), sendo a liberação prevista em 3 parcelas, conforme cronograma (Segundo termos do AFAC);

- a) R\$ 45.367 (Quarenta e cinco milhões e trezentos e sessenta e sete mil reais) em 20/01/2016;
- b) R\$ 26.867 (Vinte e seis milhões e oitocentos e sessenta e sete mil reais) em 29/02/2016; e
- c) R\$ 27.766 (vinte e sete milhões e setecentos e sessenta e seis mil reais) em 31/03/2016.

Acionistas	AFAC	%
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	24.500	24,5
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	24.500	24,5
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	51.000	51,0
	<u>100.000</u>	<u>100</u>

De acordo com o contrato do adiantamento para futuro aumento de capital, de caráter irrevogável e irrevogável, as concedentes (Eletronorte, CHESF E Usina Termelétrica Norte Fluminense) se comprometem a votar em AGE a favor do Aumento de Capital correspondente ao presente AFAC, bem como a subscrever e integralizar, mediante a capitalização do AFAC, o aumento de Capital na proporção de 1 (uma) ação para cada R\$1,00 (um real) adiantado.

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

## 19. Pessoal, encargos e benefícios

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Remuneração de empregados	(3.460)	(2.132)
Encargos trabalhistas	(1.256)	(910)
Benefícios a empregados	(1.106)	(595)
	<u>(5.822)</u>	<u>(3.637)</u>
Número de empregados - administração	<u>24</u>	<u>17</u>

## 20. Serviços de terceiros

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(1.419)	(590)
Telefone, internet, água e energia elétrica	(224)	(80)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(544)	(61)
Monitoramento e vigilância	(108)	(3)
Transportes	(141)	(51)
Outros	(297)	(142)
	<u>(2.733)</u>	<u>(927)</u>

## 21. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía como partes relacionadas os seguintes entes:

- Os Controladores; e
- Os Administradores.

Os Controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte.

### Controladores

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	197	-
	<u>197</u>	<u>-</u>

A Companhia manteve em 31/12/2015 o saldo a pagar provisionado com a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. o valor de R\$ 197 (Cento e noventa e sete mil reais) referente assistência na área de Engenharia Técnica para a execução de atividades concernentes ao desenvolvimento, construção e implantação da Usina Hidrelétrica Sinop até o início de sua operação comercial e vigorará até a data da declaração, pela ANEEL, do início da sua operação comercial, não podendo exceder o período de 5 (cinco) anos.

### Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como sua distribuição.

A Companhia aplica somente a política de remuneração fixa a seus administradores.

	<u>31/12/2015 (**)</u>	<u>31/12/2014 (*)</u>
Remuneração (a)	1.268	746
Benefício (b)	407	184
Conselho Fiscal (c)	97	
<b>Total</b>	<u><u>1.772</u></u>	<u><u>930</u></u>

(\*) Composto por duas Diretorias

(\*\*) Composto por três Diretorias

(a) Composta por ordenados e salários, provisão de férias e 13º salário

(b) Composto por benefícios concedidos, tais como: assistência médica, seguro de vida, entre outros.

(c) Início dos pagamentos aos Conselheiros em 08/2015.

## 22. Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

### Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações Financeiras”, “Adiantamento a Fornecedores”, “Fornecedores” e demais passivos financeiros. Seus valores contábeis encontram-se próximos aos respectivos valores justos na data-base das informações financeiras.

### Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

#### Risco de crédito

Por estar em período pré-operacional, a Companhia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, está exposta a riscos de crédito associados à sua carteira de numerários mantidos com instituições financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando a garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

Adicionalmente, a Companhia possui aplicações em fundo de investimento composto por uma carteira de ativos financeiros, com prazo médio superior a 365 dias, e apresenta isolada ou cumulativamente a composição a seguir:



- a. Cotas de fundos de investimento de Renda Fixa LP - Entre 95% e 100%.
- b. Depósitos à vista, títulos do Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil, títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira e operações compromissadas - Até 5%.

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência no fundo e não há carência para o resgate das cotas do fundo.

Não são identificadas no momento nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas nºs 5 e 6).

#### **Risco de preço**

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

#### **Risco de taxa de juros**

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que aproximadamente 80% de seus compromissos contratuais estão atrelados ao índice de preço (IPCA), bem como 100% de seus contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado, gerando um casamento de indexadores entre receitas e custos/despesas.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do fundo de investimento estão por sua própria natureza sujeitos a flutuações de preços/cotações do mercado, aos riscos de crédito e liquidez e a variações de preços e cotações, o que pode acarretar a perda patrimonial do fundo, devendo também ser observada, principalmente, a possibilidade de ocorrência de índice negativo de inflação. A queda dos preços dos ativos financeiros integrantes da carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

#### **Risco de liquidez**

A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de construção, organização, desenvolvimento e pré-operação e necessita de recursos financeiros que serão providos por meio de aportes de capital pelos seus acionistas e de captação de recursos de terceiros em montantes significativos para a conclusão do empreendimento.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, as debêntures captadas deverão ser integralmente pagas na data do vencimento, que é 20 de março de 2016, portanto, classificada no passivo circulante, o que culminou numa liquidez negativa de R\$ 361.966 mil em 31 de dezembro de 2015.

A administração da Companhia encontra-se em processo de renegociação junto as instituições credoras (Banco do Brasil e BNP Paribas) em relação a postergação dos prazos de vencimento inicialmente acordados, incluindo os valores principais das dívidas e os juros incidentes. Adicionalmente, a companhia continua com tratativas junto ao BNDES para obtenção de operação de crédito sendo a primeira liberação o valor aproximado de R\$600 milhões e iniciou os procedimentos necessários para tentativa de obtenção do registro na categoria B junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como objetivo de captação de novos títulos de dívida.



Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

A Companhia está em fase pré-operacional (em construção) e dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos. Conseqüentemente, a Administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos. A Companhia e seus acionistas possuem condições e capacidade de pagamento de todas as dívidas financeiras registradas nas demonstrações contábeis de curto de prazo e a Administração da Companhia avalia nova captação de terceiros, seja de curto ou longo prazo ou aporte complementar dos acionistas controladores.

### Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da CDI (Certificado de Depósito Bancário). Contudo, há um acréscimo de 1,2% de juros.

Os CPCs 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com as instituições financeiras na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 3 cenários diferentes, considerando as variações possíveis dos indexadores. Com base nos valores da CDI vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para os próximos 4 meses e a partir deste, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2015. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Banco do Brasil - Banco de Investimento S.A.		76.500	76.500	76.500
Taxa sujeita à variação		CDI + 1,2%	CDI + 1,2%	CDI + 1,2%
Despesa Financeira Projetada		10.608	13.261	19.891
Variação - R\$			2.652	6.630
	CDI + 1,2%			
Banco BNP Paribas Brasil S.A.		223.500	223.500	223.500
Taxa sujeita à variação		CDI + 1,2%	CDI + 1,2%	CDI + 1,2%
Despesa Financeira Projetada		30.993	38.742	58.113
Variação - R\$			7.748	19.371



Análise para os próximos 4 meses devido ao vencimento do contrato das debentures ser para 20 de março de 2016, mencionado na Nota Explicativa nº 16.

O ativo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando a data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 3 cenários diferentes, projetados para o período de 12 meses, com base nos valores do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2015, o qual foi definido o cenário provável para os próximos 12 meses e a partir destes, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações		32.876	32.876	32.876
Taxa sujeita à variação	CDI	97% do CDI	97% do CDI	97% do CDI
Receita Financeira Projetada		273	341	511
Variação - R\$			68	170

### 23. Cobertura de seguros

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A apólice contratada, junto à JMalucelli Seguradora, visa garantir a execução das obras de implantação do empreendimento UHE Sinop com potência instalada mínima de 400 MW, em conformidade com o Contrato de Concessão. O seguro contratado cobre até o valor de R\$ 88.871 (Oitenta e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil reais).



## 24. Compromissos

Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui o montante de R\$ 522.552 (Quinhentos e vinte e dois milhões e quinhentos e cinquenta e dois mil reais) de compromissos assumidos, que se referem, basicamente, à contratação de fornecedores de materiais, gastos para compensar o impacto ambiental e serviços para construção e implantação da UHE Sinop, que prevê realizar-se conforme cronograma do empreendimento.

Principais Contratos	Saldo em 31/12/2014	Adições (Novas contratações)	Baixas (Pagamentos)	Saldo em 31/12/2015
Almeida Rotemberg e Boscoli	-	1.150	343	807
Arcadis / Themag	18.962	-	11.220	7.742
Archaeo Pesquisas Arqueologicas	-	2.202	773	1.429
Avaliar Consultoria e Projetos	-	1.395	447	948
Borges & Almeida	-	976	285	691
Carta Cartografia	6.300	-	4.180	2.120
Construtora Triunfo	934.641	-	435.672	498.969
Geocat Geologia	-	2.401	94	2.307
SEBRAE	-	1.005	434	571
Intertechne Consultores	-	1.281	284	997
Juris Ambientis	-	1.383	491	892
LHC Construtora	-	2.289	312	1.977
Novo Norte Consultoria	39.477	-	39.477	-
Rocha Consultoria	3.753	-	1.417	2.336
W Senise Consultoria	-	780	14	766
<b>TOTAL</b>	<b>1.003.133</b>	<b>14.862</b>	<b>495.443</b>	<b>522.552</b>

## 25. Eventos subsequentes

No dia 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o segundo AFAC mencionado na Nota Explicativa nº 18 - Capital Social.

\* \* \*

  
 Mauro de Almeida Santos  
 Diretor Administrativo Financeiro





Rui da Justa Feijão  
Diretor de Engenharia e Obras civis



Ana Brigida Figueiredo Cardoso  
Diretora de Engenharia Eletromecânica e Meio Ambiente



Alessandro Camilo da Silva  
Contador  
CRCMT 005078-0/9

Senhores Acionistas,

A Companhia Energética Sinop S.A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

## **1. Perfil da Companhia**

A Companhia Energética Sinop S.A. – CES (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, constituída em 28 de outubro de 2013. A Companhia é controlada por meio de Acordo de Acionista (“Acordo”), do qual todos os acionistas fazem parte, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Sinop (“UHE Sinop”), no Rio Teles Pires, localizada no Estado do Mato Grosso, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada na Cidade de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Avenida das Figueiras, nº 893 – Centro.

A partir de 11/12/2014 a Companhia teve seu controle acionário alterado conforme a Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária e anexos, registrados na Junta Comercial do Distrito Federal, a partir de quando a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A, passou a integrar o quadro de acionista.

## **2. Implantação do Empreendimento**

Em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 100% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado.

Considerando o cumprimento integral do cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), a data de início do enchimento do reservatório está prevista para outubro de 2017 conforme cronograma estabelecido no Contrato de Concessão, estando em pleno funcionamento em maio de 2018.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da Usina Hidrelétrica, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A Companhia possui capital autorizado de R\$ 665 milhões, sendo que as subscrições e integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração.

Coube ao Governo regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica no Rio Teles Pires, Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, denominada UHE Sinop com potência instalada mínima de 400 MW. A garantia física de energia da UHE para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 239,8 MW médios.

No ano de 2015, os investimentos contabilizados ao ativo imobilizado, para a construção do empreendimento totalizaram R\$ 873,7 milhões.

Localizada no Rio Teles Pires, a Bacia do Rio Teles Pires, inserida na Bacia Amazônica, distante 70 Km de Sinop, será construída nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda).

O reservatório abrangerá áreas dos municípios de Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso.

### **3. Acionistas**

A Composição Societária da Companhia Energética Sinop S.A. é constituída por duas empresas Estatais brasileiras e uma Francesa do Setor de Energia Elétrica. O quadro acionário da Companhia é composto por Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. com 51%, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte com 24,5% e pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF com 24,5%.

### **4. Benefícios Fiscais**

Conforme o Ato Declaratório Executivo DRF/BSB Nº 5, de Janeiro de 2015, o Delegado da Receita Federal do Brasil e Brasília, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o que consta do processo n.º 10166.730764/2014-06.

De acordo com artigo Art. 1º Habilitada a empresa COMPANHIA ENERGETICA SINOP S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.527.586/0001-75, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura- REIDI, em função do projeto de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica denominada UHE Sinop, compreendendo: I- Duas Unidades Geradoras, totalizando 400 MW de capacidade instalada, e II- Sistema de Transmissão de interesse restrito, constituído de uma Subestação Elevadora de 500 kV, junto a Usina, e uma Linha de Transmissão, com cerca de 16 (dezesseis) quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 500 kV da Subestação Cláudia, aprovado pela portaria do Ministério de Minas e Energia nº 334 de 20/11/2014, publicada no Diário Oficial da União de 21/11/2014, e com prazo para execução da obra estimado até agosto de 2017.

## **5. Estrutura de Capital**

O financiamento dos investimentos efetuados pela Companhia Energética Sinop até o momento do Empreendimento foi realizado com o aporte de recursos dos acionistas, sendo integralizado até o momento R\$ 190,0 milhões pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., R\$ 91,2 milhões pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte e por R\$ R\$ 91,2 milhões pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou no dia 14 de outubro 2015 um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor total de R\$ 150 milhões, sendo a liberação em três parcelas (R\$ 70 milhões em outubro/15, R\$ 65 milhões em novembro/15 e R\$ 15 milhões em dezembro/2015).

Paralelamente a Cia Energética Sinop negociou e recebeu empréstimo ponte por operação estruturada de debêntures simples, no valor de R\$ 300 milhões com vencimento para setembro de 2016.

## **6. Ações Sociais e Ambientais**

A UHE Sinop teve sua Licença Prévia (LP) nº 301901/2012 concedida em 10/05/12 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), com base no Parecer Técnico PT nº 61987/CAIA/SUIMIS/2012.

Em 05/12/13 foi obtida, também junto à SEMA/MT, a Licença de Instalação (LI) para o canteiro de obras (LI nº 63167/2013) e, em 17/03/14, a LI para implantação das obras componentes do arranjo geral do empreendimento, fundamentada no Parecer Técnico PT nº 81.703/CAIA/SUIMIS/2014.

Todas as licenças ambientais acima citadas estabeleceram condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor e cujo atendimento deve ser demonstrado periodicamente junto ao órgão ambiental licenciador.

Com o objetivo de potencializar as ações positivas, evitar, mitigar ou compensar aquelas de natureza negativa que possam ser provocadas pelas intervenções necessárias para implantar o Empreendimento e, posteriormente para operá-lo, o Projeto Básico Ambiental (PBA) é composto por planos, programas e subprogramas socioambientais com metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos a serem gerenciados ao longo da etapa de implantação da Usina, bem como durante sua operação.

O PBA contempla os objetivos gerais e específicos dos 33 programas socioambientais, de maneira que ele é um instrumento de planejamento geral suscetível à ajustes nos procedimentos e diretrizes nele detalhados, que somente poderão ser feitos ao longo da implementação das ações ambientais.

Um dos programas do PBA é o Programa de Apoio aos Municípios, que tem como foco os municípios de Cláudia, Itaúba, Ipiranga do Norte, Sinop e Sorriso, Área de



## **Relatório da Administração Exercício de 2015**

Influência Direta (AID) da UHE Sinop. Neste sentido, as ações desenvolvidas permitem detalhar as demandas socioeconômicas de cada um, em função dos possíveis impactos decorrentes da implantação da Usina, e propor ações de orientação a partir da atualização e monitoramento socioeconômico, realizado em cada município.

Com execução paralela ao andamento das obras civis e implantação dos diversos programas do PBA, algumas ações têm sido, inclusive, executadas de maneira antecipada, de forma a atender as principais demandas apresentadas pelas municipalidades, com foco principalmente nas áreas de saúde, educação e segurança.

### **7. Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação do artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos daqueles correlatos ao de auditoria externa.

As informações contábeis aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

### **8. Declaração da Diretoria**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores abaixo assinados declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

**A Administração**

Rui da Justa Feijão  
Diretor de Engenharia

Mauro de Almeida Santos  
Diretor Administrativo Financeiro

Ana Brígida Figueiredo Cardoso  
Diretora de Meio Ambiente

**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Servimo-nos para, em atenção ao disposto no Art.25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Companhia Energética Sinop S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas das demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Mauro de Almeida Santos  
Diretor Administrativo-financeiro

Rui da Justa Feijão  
Diretor de Engenharia e Obras Civas

Ana Brígida Figueiredo Cardoso  
Diretora de Engenharia Eletromecânica e Meio Ambiente



**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Servimo-nos para, em atenção ao disposto no Art.25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Companhia Energética Sinop S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Mauro de Almeida Santos  
Diretor Administrativo-financeiro

Rui da Justa Feijão  
Diretor de Engenharia e Obras Civas

Ana Brígida Figueiredo Cardoso  
Diretora de Engenharia Eletromecânica e Meio Ambiente



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética Sinop – CES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e da Demonstração do Fluxo de Caixa, complementadas por Notas Explicativas e acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, de 26 de Fevereiro de 2016, com ressalva sobre saldos comparativos correspondentes e ênfase sobre custos do empreendimento na fase de construção.

Desta forma, o Conselho Fiscal é de opinião que, exceto pela ressalva antes mencionada, os referidos documentos refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação Financeira e Patrimonial da Companhia Energética Sinop – CES e recomenda que os mesmos sejam submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília – DF, 18 de março de 2016.

  
Francisco Fernandes de Sousa

  
Denilson Veronese da Costa

  
Sérgio Carvalho Aguiar